

# Construindo uma historiografia nacional: a colônia do Sacramento na obra de Francisco Bauzá, *Historia de la dominación española en el Uruguay*

Paulo César Possamai\*

## Resumo

Uma vez criados os estados nacionais na América Latina no decorrer do século XIX, iniciou-se a tarefa da construção das histórias nacionais. Buscou-se, então, iniciar história com a chegada dos europeus no continente americano, mas também integrar todo o processo histórico desenvolvido dentro das fronteiras dos estados que então construíam suas histórias nacionais. O que nos interessa aqui é analisar especificamente o caso uruguaio, ou seja, como a historiografia uruguaia interpreta a presença portuguesa no que é hoje o Estado oriental do Uruguai. Para isso nos concentraremos na análise de uma obra fundamental na historiografia nacional uruguaia: *Historia de la dominación española en el Uruguay*, de Francisco Bauzá.

*Palavras-chave:* Colônia do Sacramento. Historiografia. Nação.

Certa vez, durante uma apresentação da minha pesquisa de doutorado, intitulada “O cotidiano da guerra, a vida na colônia do Sacramento (1715-1735)”, foi-me feita a seguinte pergunta: a história da colônia do Sacramento faz parte da história do Uruguai ou da história do Brasil? Eis o grande problema de tentar encaixar a história acontecida antes do surgimento dos estados nacionais na América.

Sacramento se parece com a questão que tem dividido os historiadores sul-rio-grandenses há muito tempo: a história das missões jesuíticas, conhecidas como Sete Povos. Fundadas por padres espa-

\* Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo. Professor do Departamento de História e do PPGH da Universidade Federal de Pelotas.

Recebido em: 5/10/2011 - Aprovado em: 10/11/2011

nhóis no atual território do Rio Grande do Sul, por muito tempo foram ignoradas pela historiografia nacionalista que iniciava a história do estado com a fundação do primeiro estabelecimento oficial português no Rio Grande de São Pedro, em 1737.

Nesse sentido, os Sete Povos das Missões (espanholas)<sup>1</sup> foram integrados à história do Brasil,<sup>2</sup> assim como a colônia do Sacramento (fundação portuguesa) foi incorporada à história do Uruguai, embora ambos os casos fossem muitas vezes vistos como uma recuperação de terras invadidas por estrangeiros. Por mais estranha que nos pareça hoje essa visão providencialista, de que o estado nacional estava destinado a se formar dentro das atuais fronteiras, ainda é compartilhada por alguns historiadores.

Os estados nacionais na América, assim como os estados situados em outros continentes, foram criados a partir de processos históricos e, portanto, no nosso entender, é impossível delimitar especificamente o que seja história específica de determinado país numa área de fronteira como é a região platina. Quando me perguntam se estudo história do Uruguai, por pesquisar a colônia do Sacramento, respondendo que estudo uma parcela do império ultramarino português.

No que vulgarmente conhecemos com o nome de “período colonial”, o Brasil se restringia ao “Estado do Brasil”, colônia que não correspondia aos limites atuais da República Federativa do Brasil, nem mesmo a todos os territórios ocupados pelos portugueses na América. A atual região Norte formou um estado à parte do Estado

do Brasil, de 1621 a 1772, chamada então “Estado do Maranhão”, até 1737, quando passou a se chamar “Estado do Grão-Pará e Maranhão”, tendo em vista a transferência da capital de São Luís para Belém. Por causa disso é mais correto falar em América portuguesa do que em Brasil colonial, termo que remete à visão de um futuro estado nacional chamado Brasil, que incluiria todos os domínios portugueses na América.

O problema da “história colonial” ser visto ainda hoje como “un período lejano y perdido em el tiempo que solo puede interesar a anticuarios o especialistas”, ou como “una suerte de pre-historia marginal, anterior a la ‘verdadera historia’ de la sociedad actual”, não é exclusividade brasileira, mas é compartilhado por todos os países colonizados pelos europeus.

Narrar la historia de “la Nación” fue por mucho tiempo el cometido principal de la tarea de los historiadores. Pero conviene que seamos más precisos: cada una de las historiografías llamadas “nacionales” se abocó con fervoroso entusiasmo a la empresa de construir un relato de la historia y lo hizo desde una representación del despliegue de la nación a lo largo del tiempo.<sup>3</sup>

Para o caso do nosso país, Sílvia Humboldt Lara aponta que

no século XX, a oposição entre o mundo arcaico e colonial da escravidão e o outro moderno e civilizado, do trabalho livre, continuou a ser a base da reflexão histórica sobre o Brasil. Precedendo o ‘nacional’, a colônia passou a ser vista como o embrião danado, mas foi esta última que lhe deu inteligibilidade e sentido.<sup>4</sup>

Porém, o objetivo deste artigo não é estudar como se insere a história da colônia do Sacramento nas memórias nacionais produzidas pelos historiadores uruguaios, argentinos e brasileiros. Para isso remetemos ao texto de Fernando Jumar, “Colonia del Sacramento, la bibliografía y la creación de las memorias nacionales”.<sup>5</sup> O que nos interessa aqui é analisar especificamente o caso uruguaio, ou seja, como a historiografia uruguaia interpreta a presença portuguesa no que é hoje o Estado oriental do Uruguai.

Para isso nos concentraremos na análise de uma obra fundamental na historiografia nacional uruguaia: *Historia de la dominación española en el Uruguay*, de Francisco Bauzá. Deixaremos, então, de lado, os estudos específicos sobre a colônia do Sacramento, que são importantes para um estudo de caso, mas que não se articulam com o processo de construção da memória do Estado nacional uruguaio.

## O surgimento do nacionalismo

Entre os romanos entendia-se o termo “natio”, tal como “gens”, como referência a grupos ou comunidades de pessoas de ascendência comum, ainda não integradas na forma política do Estado, mas que se mantinham unidas simplesmente por sua localização e por sua língua, costumes e tradições comuns. Essa utilização atravessou a Idade Média até o início da era Moderna, aplicando-se a todas as situações em que *natio* e língua eram consideradas equivalentes. Nas universidades medie-

vais, os alunos dividiam-se em “nações”, dependendo das regiões de que provinham.

Mesmo naquela época, a origem nacional *atribuída a alguém por terceiros* já estava visivelmente ligada à demarcação pejorativa entre o estrangeiro e o homem da terra: as nacionalidades, com certas conotações negativas, eram atribuídas aos estrangeiros.<sup>6</sup>

Apesar da percepção do estrangeiro, a Idade Média foi caracterizada pelo ideal de cristandade, que unificava os povos cristãos da Europa Ocidental. A cristandade europeia tinha uma língua de cultura (o latim), uma hierarquia eclesiástica (o papa, os bispos) e uma civil e militar (o imperador, os reis, os nobres). Possuía guerras internas, reguladas pelo clero através da *pax christiana*, e guerras externas, as cruzadas. Com o advento do Renascimento, houve o resgate dos valores greco-romanos que contribuíram para destruir essa unidade. Se para alguns poucos membros da elite intelectual, como para Erasmo, o ideal de *homo* era ainda mais universal que o conceito de *christianus*, os humanistas em geral contribuíram para a formação dos Estados nacionais. No século XVI, vemos o rei da França disputar o poder com o imperador ao mesmo tempo em que tenta controlar a Igreja em seu reino através do galicanismo. Por sua vez, a ruptura de Henrique VIII com o papado e o sucesso da reforma na Alemanha são fatos que têm estreita ligação com o renascimento de um sentimento nacional.<sup>7</sup>

Se o ressurgimento do sentimento nacional pode ser observado já no século XVI, a afirmação do absolutismo monárquico, no século seguinte, fez minguar o nacionalis-

mo, ainda embrionário, em favor do sentimento de fidelidade ao rei. De fato, durante o antigo regime, o valor político estava todo na obediência ao soberano. Era francês quem servia ao rei de França. Ao lado desse princípio fundamental havia um importante papel para a religião. Um francês que regressasse à França após longo tempo no exterior teria que provar nunca haver prestado juramento de fidelidade a outro rei. Se suspeito de protestantismo, deveria provar ser católico. A identidade coletiva estava então relacionada com a fidelidade ao trono e não à cultura ou à etnicidade. Richelieu concedeu os mesmos direitos dos súditos franceses aos índios canadenses que se convertessem ao catolicismo.<sup>8</sup>

Ainda era muito cedo para que o nacionalismo criasse raízes. Nas sociedades agrárias, as igrejas e as dinastias eram as únicas instituições capazes de garantir uma identidade coletiva que abrangesse um âmbito maior do que o da aldeia ou região.<sup>9</sup>

O renascimento do sentimento nacional só se deu com o enfraquecimento do absolutismo, no século XVIII. Para Federico Chabod, o sentimento de nacionalidade é o sentimento de individualidade histórica; trata-se de afirmar, contra tendências generalizadoras e universalizantes, o princípio do particular, do singular. A ideia moderna de nação surgiu com o romantismo no século XVIII e triunfou no século XIX, quando o sentimento do individual dominou o pensamento europeu. Contra as tendências cosmopolitas do iluminismo, tendentes a ditar leis válidas para todos os povos, o romantismo opôs o nacionalismo

como forma de conservar a singularidade de cada povo, respeitar suas tradições e preservar seu caráter nacional.<sup>10</sup> Hobsbawm concorda que o sentido moderno da palavra “nação” não é anterior ao século XVIII. Para ele, “o nacionalismo vem antes das nações. As nações não formam os Estados e os nacionalismos, mas sim o oposto”.<sup>11</sup>

Aqui é interessante fazer referência a um termo frequentemente relacionado com nação: “pátria”. Segundo Lucien Febvre, a palavra “pátria” aparece pela primeira vez na França entre 1540 e 1550, através do italiano. Nessa época ainda não designava a França, mas a pequena pátria de origem, a região de nascimento. Sob o reinado de Luís XIV, os termos “pátria” e “nação” foram poucas vezes utilizados, já que o rei-sol pretendeu absorver a nação na realeza. Por sua vez, o termo “patriota” tinha, no século XVI, o significado de compatriota, só assumindo a significação atual no século XVIII. Enquanto os revolucionários reconheciam os seus partidários sob o termo patriota e combatiam em nome da nação e do povo, os monarquistas partiam para a luta movidos pelo sentimento de honra. Se os revolucionários rejeitam o sentimento de honra como o apanágio dos escravos, para a nobreza “patriota” era um termo injurioso. Tal oposição só acabaria com Napoleão, que unificou os conceitos de pátria e honra.<sup>12</sup>

A partir da Revolução Francesa começou a ser aplicado o conceito de nação, antes apenas teorizado. Segundo Benedict Anderson, “a nação é uma abstração, um constructo da imaginação; é uma comu-

nidade que se imagina soberana e delimitada. Surge quando os reinos da Igreja e da dinastia se contraem e não mais parecem atender ao anseio de imortalidade da humanidade”. Entretanto, a construção das nações não parte do nada, a sua “invenção”, segundo o termo utilizado por Hobsbawm, deve ser entendida como uma recombinação inédita de elementos já existentes.<sup>13</sup>

Embora a França tenha se apresentado como o primeiro estado nacional moderno, a ideia de nação era mais valiosa para os povos ainda não unificados politicamente, por isso será na Alemanha e na Itália que a ideia do nacionalismo encontrará seus defensores mais entusiastas e contínuos. O pensamento francês durante a restauração era indiferente, quando não hostil, ao princípio da nacionalidade. Só depois da perda da Alsácia e da Lorena, em 1870, o nacionalismo se transformou no fermento vivo e operante na cultura francesa.<sup>14</sup>

O século XIX viu a transformação da nação cultural em nação territorial e trouxe também a paixão pela história. Sobre a relação entre os historiadores e o nacionalismo é importante citar Eric Hobsbawm:

Os historiadores estão para o nacionalismo como os plantadores de papoula do Paquistão para os viciados em heroína: fornecemos a matéria-prima essencial ao mercado. Nações sem passado são uma contradição em termos. O que faz uma nação é o passado, o que justifica uma nação em oposição a outras é o passado, e os historiadores são as pessoas que o produzem.<sup>15</sup>

A partir dessa perspectiva, analisaremos uma obra fundamental na historiografia nacional uruguaia: *Historia de la dominación española en el Uruguay*, de Francisco Bauzá, publicada pela primeira vez em 1880. O segundo tomo saiu no ano seguinte.

## Francisco Bauzá e a construção da história uruguaia

No Uruguai, a partir da década de 1870, os representantes do Estado buscaram legitimar o país como uma unidade independente e, dentro desse papel, os historiadores foram chamados a criar uma nacionalidade, assim como definir os mitos de origem. Francisco Bauzá destacou-se entre os historiadores nacionalistas da sua época, posicionando-se contra os historiadores que viam a criação do Uruguai como uma amputação das províncias unidas do rio da Prata, ditada por interesses brasileiros e britânicos,<sup>16</sup> ideia que ainda hoje tem seus defensores.<sup>17</sup>

Embora a memória nacional não seja mais a única possível no seio das sociedades contemporâneas, essa ainda tem um importante peso, pois mediante os livros oficiais de ensino, que na maioria das vezes ainda buscam informações e em certos casos, interpretações, junto aos historiadores nacionalistas se formam os estudantes da rede pública.<sup>18</sup>

Francisco Bauzá nasceu em Montevideu em 7 de outubro de 1849. Filho do general Rufino Bauzá, ingressou aos vinte

anos na Faculdade de Direito. Destacou-se no jornalismo e na política. Inspirado pelos historiadores românticos e positivistas, também contou com a influência do pensamento católico em seus escritos.<sup>19</sup>

Obra fundamental, na qual busca as origens da nacionalidade uruguaia no passado colonial, *Historia de la dominación española en el Uruguay* serviu de fonte de informações para vários historiadores que buscaram escrever suas histórias do Uruguai, sem maior preocupação com o período sob o domínio espanhol, estudado minuciosamente por Bauzá. Essa característica nos levou a escolher a sua obra como nosso objeto de análise para verificarmos como foi vista a experiência portuguesa no rio da Prata a partir da fundação da colônia do Sacramento na ótica de um historiador preocupado em criar uma memória nacional.

Bauzá inicia sua pesquisa sobre o passado do atual território uruguaio com um estudo dos indígenas que habitavam a região. Uma etnia, em particular, chama sua atenção. Os índios charruas foram vistos como o protótipo da nacionalidade uruguaia. Para Francisco Bauzá, que sempre se refere aos indígenas da Banda Oriental como “uruguaios”, o principal valor que os charruas legariam à nacionalidade seria o amor pela liberdade, característica, segundo o autor, dos seus compatriotas. Como se concentravam no que hoje é o território uruguaio, tornaram-se o protótipo da nacionalidade, pois as outras etnias indígenas podiam ser ligadas ao passado de outros estados nacionais vizinhos.

O termo “uruguaio” é constante na obra de Bauzá e tem um entendimento específico. Opõe-se ao termo “oriental”, que em fins do século XIX começou a se identificar com o “criollismo” ou “nativismo”, ao passo que o gentílico “uruguaio”, preferido por Bauzá, tinha uma leitura urbana, mais precisamente ligada a Montevideu. Uma identificação nacional que se ligava mais à cidade que ao campo, pois o urbano representava a civilização em oposição à barbárie do interior.<sup>20</sup>

Como Domingo Faustino Sarmiento na sua obra *Facundo*, de 1845, Francisco Bauzá preocupava-se em “civilizar” a “barbárie” da campanha.<sup>21</sup>

Los indígenas, y particularmente los charrúas tenían la pasión de la independencia y el anhelo de conservarla sobre una tierra que sabían pertenecerles por derecho de natalicio. Les era doloroso, desde luego, abandonar al extranjero la patria que tanto amaban, y aun cuando momentáneamente se encontrasen sin dirección en la lucha, no era ése el más sensible de los inconvenientes, acostumbrados como estaban a gobernarse cada uno de por sí en los negocios relativos su individuo y al conjunto.<sup>22</sup>

A historiografia contemporânea tem apontado para o importante papel dos guaranis na formação da atual população uruguaia.<sup>23</sup> Tal fato não era desconhecido por Bauzá, que em sua obra faz menção sobre a importância dos guaranis na luta contra os portugueses instalados na colônia do Sacramento e sobre o seu trabalho na edificação das fortificações e cidades construídas pelos espanhóis, particularmente em Montevideu. Entretanto, tal como no Brasil,<sup>24</sup> buscou-se as origens nacionais num

indígena idealizado, que não representasse problemas ao avanço da civilização de estilo europeu que se buscava, então, implantar na América do Sul. Para tanto, os charruas, famosos por sua recusa a se submeter aos europeus, seriam preferidos aos guaranis, que se destacaram como vassallos dos espanhóis sob a vigilância dos jesuítas.

Comentando sobre o papel dos índios no Estado nacional Uruguai que se implantava na primeira metade do século XIX, Ana Frega escreve:

Ni los guaraní-misioneros que intentaron mantener los derechos de sus pueblos, ni los “indios bravos” que procuraron continuar con sus tolдерías tenían lugar en el nuevo estado, donde un trasfondo cultural racista concebía a las poblaciones indígenas como rémoras de un pasado que se oponía al progreso de la civilización. La derrota militar y la desestructuración de las comunidades profundizaron su incorporación forzada a la sociedad criolla, donde los sobrevivientes ya no podrían reproducir sus ancestrales valores culturales: hombres “marginados” perseguidos como bandoleros, o “admitidos” como peones, sirvientes o soldados; mujeres y niños explotados como fuerza de trabajo servil en la campaña y la ciudad.<sup>25</sup>

Aspecto bastante comum entre os historiadores uruguaios, isso também encontramos na obra de Bauzá, é colocar o início da colonização do atual território uruguaio na fundação das reduções de San Domingo Soriano, Víboras e Espinillo, em princípios do século XVII. Mesmo que essas missões não representassem de fato o início do povoamento pelos espanhóis, a redução dos indígenas por missionários a serviço da Coroa de Castela serviu para

garantir o caráter hispânico da futura nação uruguaia, que estaria comprometida caso se ressaltasse que a primeira povoação europeia na região seria estabelecida pelos portugueses, com a fundação da colônia do Sacramento, em 1680.

Outro fator a ser considerado é a questão do ponto onde a linha de Tordesilhas cortava o extremo sul da América. Hoje, todos sabemos que, de acordo com o Tratado de Tordesilhas, se situa no território atribuído à Espanha. Porém, na época da fundação da colônia do Sacramento, ainda não se sabia exatamente onde a linha passava e as dúvidas acerca do seu alcance levaram Portugal e Espanha a tentar alargar ao máximo seus domínios. Em razão das inseguranças da época, é preciso ter sempre em conta a afirmação de Sérgio Buarque de Holanda, no sentido de que

para qualquer perspectiva histórica satisfatória nesse particular, é mister ter sempre presente essa insegurança ou ignorância, pois se evitará assim o querer medir conjecturas de ontem segundo certezas de hoje.<sup>26</sup>

Se os portugueses avançaram na área espanhola na América, também é verdade que os espanhóis não respeitaram a linha de Saragoça, a contrapartida da linha de Tordesilhas, que dividiu os domínios de ambas as coroas no Oriente. O reconhecimento do domínio espanhol sobre as ilhas Filipinas, que estavam na área reservada a Portugal, levou os espanhóis a aceitarem a expansão portuguesa na América por meio do Tratado de Madrid, de 1750. Essa observação é bastante comum na historiografia recente, mas não naquela comprometida com a construção das naciona-

lidades na América do Sul, que tendem a ressaltar a linha de Tordesilhas e esquecer a linha de Saragoça.

Sobre a fundação da colônia do Sacramento, em 1680, Bauzá leciona:

La agresión no podía ser más directa y descarada a los derechos de España; pero tampoco la oportunidad fue nunca mejor elegida. Reinaba entonces Carlos II, más digno de compasión que de crítica [...]. Contra aquel Rey decrepito a la edad de treinta y siete años, se erguían enemigos formidables, deseosos de sucederle unos, ansiando despojarle otros, y alentados de su mísera condición todos ellos; así es que el Regente de Portugal contaba sobre seguro con la impunidad, cuando expidió las órdenes que debía ejecutar Lobo.<sup>27</sup>

Francisco Bauzá escreve que, para legitimar a fundação da colônia do Sacramento, a Coroa portuguesa mandou forjar um mapa pelo qual ficava dentro da sua área de colonização todo o rio da Prata até Tucumã, compreendendo trezentas léguas de costa.<sup>28</sup> A razão pela qual os portugueses teriam se instalado no rio da Prata seria a busca de um limite natural para o Brasil<sup>29</sup> e, mais que isso, a tentativa de colonizar uma região com clima temperado.

A questão climática é diferentemente abordada segundo a época em que se escreve. A semelhança entre o clima da colônia do Sacramento e o de Portugal levou a que vários cronistas retratassem os arredores da fortaleza como uma terra fértil, de clima saudável, que produziria não só os frutos da América como também os da Europa.<sup>30</sup> Na época em que o autor escreve, porém, o significado é outro. Então, era bastante difundida a tese do determinismo climático, a qual explicava que a civiliza-

ção (preocupação constante de Bauzá) se desenvolvia melhor e mais rapidamente nas regiões de clima temperado do que em terras tropicais.<sup>31</sup> Daí, segundo o autor, a necessidade de estender a colonização lusa para fora dos trópicos:

Los que atribuían a una ambición destituida de fundamento sensato el designio que empujaba a Portugal hacia esta tierra, estuvieron en error: los portugueses deseaban fundar un gran imperio en América, pero necesitaban darle por límites hacia este lado la margen septentrional del Plata, sin lo cual carecían de climas vigorizantes en que refrescar la sangre de su raza, y de poderosos establecimientos con que contrabalancear el poder español que por doquiera les circundaba.<sup>32</sup>

A restauração da colônia do Sacramento, entregue aos portugueses pelo Tratado Provisional de 1681, foi vista como uma ameaça para o desenvolvimento de Buenos Aires. Nesse ponto, Bauzá ressalta a disputa entre a Colônia e Buenos Aires pela exploração das riquezas da Banda Oriental, ao mesmo tempo em que mostra a oposição dos bonaerenses em povoar o atual Uruguai.

Y para una población tan celosa de sus prerrogativas, que constantemente se habría opuesto a cualquier designio de fundar pueblos en territorio uruguayo por temor de crearse rivales, era el colmo de la desesperación verse condenada a mirar impasible los progresos de una ciudad creada expresamente para matar su preponderancia.<sup>33</sup>

Bauzá desenvolve o argumento no apêndice crítico, onde destaca que a falta de vontade política da Coroa espanhola em povoar a margem norte do rio da Prata foi

mais importante que a resistência indígena, que podia ser contornada com a construção de cidades fortificadas.

Sin duda que el egoísmo de los vecinos de Buenos Aires, opuestos a la fundación de cualquier establecimiento en nuestras costas, y el valor de los naturales, eran motivos sobrados para contrariar a los españoles, dificultándoles en sus empresas sobre este país; pero contra las preocupaciones de un vecindario egoísta, debió oponerse la razón política; y contra el indígena mal armado y desnudo, tenía el español la posibilidad de atrincherarse en establecimientos sólidos que el indio uruguayo no hubiera podido atacar sin desastre, como fueron más tarde las ciudades de Colonia y Montevideo.<sup>34</sup>

O argumento de que os bonaerenses se opunham à construção de povoados na margem norte vai ser retomado quando o autor descrever as dificuldades de Montevideu em se livrar das barreiras impostas por Buenos Aires a fim de cercear seu crescimento. Segundo Bauzá, Montevideu não só tinha condições de controlar as riquezas da margem norte como a de todo o vice-reinado do rio da Prata.

Además, y esto es de la mayor importancia, el Uruguay tuvo siempre rentas propias y comercio suficiente para sostenerse sin necesidad de sus vecinos. Puede decirse con verdad, que su unión a Buenos Aires le era más bien una carga que un beneficio. La explotación de su ganadería y de su agricultura y la habilitación de sus puertos principales, demostraron que el país no sólo se bastaba a sí mismo, sino que podía suplir las necesidades del Virreinato en muchos casos.<sup>35</sup>

Por causa da oposição do cabildo de Buenos Aires, a colonização do atual ter-

ritório uruguaio só se desenvolveu a partir da disputa com os portugueses e os índios das missões jesuíticas.

La iniciativa de los conquistadores fue del todo infecunda en el Uruguay: a no haber intervenido los jesuitas y los portugueses, que aguijonearon una rivalidad provechos, este país no habría sido, al promediar el siglo XVIII, el embrión de una nacionalidad civilizada, sino un conjunto de campiñas desiertas, exactamente las mismas que encontró Solís al desembarcar en nuestras playas.<sup>36</sup>

A visão que Francisco Bauzá tem dos portugueses varia com relação ao papel que eles desempenham na história nacional que ele pretende construir. A seu favor conta ter sido os primeiros europeus a colonizarem o atual território uruguaio:

De todo lo dicho se deduce que la civilización portuguesa, mucho más avanzada en estos últimos tiempos que la española, presintió antes que nadie los destinos el Uruguay entre los pueblos de la tierra.<sup>37</sup>

Devemos aqui ressaltar a concepção providencialista da história para Francisco Bauzá, que era católico e que travou debates contra os anticlericais.<sup>38</sup> Porém, quando os portugueses representam um perigo para o desenvolvimento de Montevideu, são vistos de outra maneira:

Cuadrillas de bandoleros salidas de Colonia y sus alrededores, de Río Grande y sus inmediaciones, infestaron el país. Llenóse la campaña de ladrones y asesinos, que eran el terror de los pobladores pacíficos y la ruina del comercio.<sup>39</sup>

Para preservar o caráter hispânico da nação uruguaia, era necessário ressaltar que os espanhóis, por fim, povoaram a Banda Oriental. Mesmo que anteriormen-

te Bauzá tenha exaltado o trabalho dos jesuítas e o pioneirismo dos portugueses, eles não poderiam ser os responsáveis pela criação da nacionalidade.

Dos civilizaciones como éstas, debían obrar de una manera decisiva sobre el desarrollo futuro de nuestra nacionalidad: los jesuitas, enseñándonos a utilizar los elementos vivientes de la población nativa; los portugueses, aleccionándonos a recoger los frutos que el comercio libre rinde a las naciones topográficamente favorecidas por la naturaleza. Sin embargo, estas dos fuerzas sociales que con tanto ahínco pretendían radicarse sobre la tierra, no estaban destinadas a coexistir en ella sino el tiempo absolutamente necesario para presidir la gestación laboriosa de nuestra civilización naciente. El poder español debía expulsarlas, luego que hubiese utilizado su vigor y su enseñanza.<sup>40</sup>

Completando esse raciocínio, Francisco Bauzá descreve a destruição da colônia do Sacramento, ordenada pelo vice-rei D. Pedro de Cevallos, em 1777.

Así se destruyó en pocos días la obra que la paciencia, laboriosidad y celo guerrero de los portugueses había construido en 90 años de afanes, dotando al Uruguay de una de las poblaciones más hermosas y ricas de la jurisdicción platense. España pudo conservar aquella ciudad para sí en vez de arruinarla y nos habría hecho el inmenso servicio de dejarnos con Montevideo dos poderosas capitales al tiempo de la independencia, destinadas a contrabalancear los esfuerzos del barbarismo de los campos y evitar la guerra civil. Prefirió, sin embargo, por temor a la Corte de Lisboa, destruir en vez de conservar, señalando sus triunfos con escombros, como los antiguos conquistadores.<sup>41</sup>

Concluimos essa breve análise da principal obra de Francisco Bauzá com a ideia que ele tinha do papel da colônia do Sacramento dentro do seu projeto de nação. Foi importante para “civilizar” o Uruguai, e os portugueses o “pressentiram” ao fundá-la na margem norte do rio da Prata, em 1680. Porém, se a presença portuguesa era um problema para a invenção da nacionalidade uruguaia, a colônia do Sacramento teve um importante papel histórico no desenvolvimento do Uruguai ao chamar a atenção das autoridades espanholas para as potencialidades da região. Por sua vez, o autor deplora a destruição, pelos espanhóis, de um núcleo urbano que poderia auxiliar Montevideu a “civilizar” a campanha.

Diversos elementos foram utilizados por Bauzá para justificar a existência de uma nacionalidade uruguaia, que tinha suas raízes no passado colonial. O caráter belicoso e de amantes da liberdade dos charruas, o trabalho “civilizatório” dos jesuítas junto aos guaranis, o pioneirismo dos portugueses, as tentativas dos bonaerenses de impedir o povoamento do Uruguai e, por fim, as disputas entre Montevideu e Buenos Aires pela hegemonia no rio da Prata. Todas essas contribuições, mas também tensões, foram responsáveis pela independência do Uruguai, e pela criação de uma nacionalidade que tinha suas peculiaridades e que, portanto, não poderia ser incorporada pelo Brasil, herdeiro da colonização portuguesa na América, nem pela Argentina, sucessora do governo de Buenos Aires, que impedira por tanto tempo o desenvolvimento do futuro território uruguaio.

Nesse contexto, a colônia do Sacramento aparece na obra de Francisco Bauzá como um importante núcleo urbano, que, evacuado por seus habitantes portugueses, deveria ser conservado pelos espanhóis, pois teria uma importante missão na construção da nacionalidade uruguaia: contribuir para a “civilização” da campanha.

Making a national historiography:  
Colonia del Sacramento in the work  
of Francisco Bauzá: *Historia de la  
dominación española en el Uruguay*

Abstract

Once created the national States in Latin America, in the course of the XX century, began the task of the construction of national stories. Sought, then start history with the arrival of Europeans in the American continent, but also integrate the whole historic process developed within the borders of the States which then built their national stories. What interests us here is to analyze specifically the Uruguayan case, i.e. how the Uruguayan historiography interprets the Portuguese presence in what is today Uruguay. For this, we will focus on the analysis of a fundamental work in the Uruguayan national historiography: *Historia de la dominación española en el Uruguay*, wrote by Francisco Bauzá.

**Keywords:** Colonia del Sacramento. Historiography. Nation.

Notas

- <sup>1</sup> Cf. BRUM, Ceres Karan. *Esta terra tem dono: representações do passado missioneiro no Rio Grande do Sul*. Santa Maria: Editora da UFSM, 2006.
- <sup>2</sup> Sobre a polêmica entre historiadores “lusitanos” (que defendiam a pertença do Rio Grande do Sul à matriz colonial portuguesa) *versus* “platinos” (que insistiam na influência das nações vizinhas no desenvolvimento do Rio Grande do Sul). Cf. GUTFREIND, Ieda. *A historiografia rio-grandense*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1992.
- <sup>3</sup> FRADKIN, Raúl; GARAVAGLIA, Juan Carlos. *La Argentina Colonial: el Río de la Plata entre los siglos XVI y XIX*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2009. p. 9.
- <sup>4</sup> LARA, Sílvia H. Conectando historiografias... In: BICALHO, Maria F.; FERLINI, Vera L. A. *Modos de governar*. São Paulo: Alameda, 2005. p. 22.
- <sup>5</sup> JUMAR, Fernando. Colonia del Sacramento, la bibliografía y la creación de las memorias nacionales. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL TERRITÓRIO E POVOAMENTO. *A presença portuguesa na região platina*. Colonia del Sacramento, 23 a 26 mar. 2004.
- <sup>6</sup> HABERMAS, Jürgen. Realizações e limites do Estado nacional europeu. In: BALAKRISHNAN, Gopal (Org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. p. 298.
- <sup>7</sup> FABVRE, Lucien. *Honra e pátria*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. p. 183-184.
- <sup>8</sup> CHABOD, Federico. *La Idea de Nación*. México: Fondo de Cultura Económica, 1997. p. 234-235.
- <sup>9</sup> BREUILLY, John. Abordagens do nacionalismo. In: BALAKRISHNAN, G. (Org.). Op. cit., p. 162.
- <sup>10</sup> CHABOD, Federico. Op. cit., p. 19-21.
- <sup>11</sup> HOBSBAWM, Eric J. *Nações e Nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. p. 19.
- <sup>12</sup> FABVRE, Lucien. Op. cit., p. 151-178.
- <sup>13</sup> SMITH, Anthony D. O nacionalismo e os historiadores. In: BALAKRISHNAN, Gopal (Org.). Op. cit., p. 199-202.
- <sup>14</sup> Federico CHABOD. Op. cit., p. 86-88.
- <sup>15</sup> HOBSBAWM, Eric J. Etnia e nacionalismo na Europa de hoje. In: BALAKRISHNAN, Gopal (Org.). Op. cit., p. 271.
- <sup>16</sup> SANSÓN, Tomás. La historia y los historiadores rioplatenses del siglo XIX. In: TURCATTI, Dante; SANSÓN, Tomás. *Ensayos de historio-*

- grafía latinoamericana y rioplatense. Montevideo: Librería de la Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, 2006. p. 164-165.
- <sup>17</sup> VÁZQUEZ FRANCO, Guillermo. *La historia y sus mitos*. 2. ed. Montevideo: Argumento, 2010.
- <sup>18</sup> BRESCIANO, Juan Andrés. La memoria como objeto de análisis en la historiografía uruguaya. *Revista de História*, São Paulo, n. 164, jan./jun. 2011. p. 302.
- <sup>19</sup> SANSÓN CORBO, Tomás. La influencia argentina en la configuración de la historiografía uruguaya: Estudio de caso: Francisco Bauzá. *Trabajos y comunicaciones* (2ª Época) Departamento de Historia. *Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación*, Universidad de La Plata, n. 32-33, p. 42-43, 2006-2007.
- <sup>20</sup> FREGA, Ana. Uruguayos y orientales: itinerario de una síntesis compleja. In: CHIARAMONTE, José Carlos; MARICHAL, Carlos; GRANADOS, Aimer (Org.). *Crear la Nación: los nombres de los países de América Latina*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2008. p. 103.
- <sup>21</sup> “Marcados por la Guerra Grande [os historiadores uruguayos do século XIX] forjaron una conciencia histórica particular caracterizada por el odio al caudillismo al que atribuían la causa de todos los males) y por una visión un tanto maniquea pautada por la dicotomía sarmientina de ‘civilización’ y ‘barbarie.” SANSÓN CORBO, Tomás. Op. cit., p. 41.
- <sup>22</sup> BAUZÁ, Francisco. *Historia de la dominación española en el Uruguay*. Montevideo: Biblioteca Artigas, 1967. p. 128. tomo II.
- <sup>23</sup> Cf. RODRIGUES, Susana; GONZÁLEZ, Rodolfo. *En busca de los orígenes perdidos: los guaraníes en la construcción del ser uruguayo*. Montevideo: Planeta, 2010.
- <sup>24</sup> Cf. RICUPERO, Bernardo. *O romantismo e a idéia de nação no Brasil (1830-1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004. Em especial o capítulo “O indianismo como mito nacional”, p. 153-178.
- <sup>25</sup> FREGA, Ana (Coord.). *Historia regional e independencia del Uruguay: proceso histórico y revisión crítica de sus relatos*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2009. p. 167.
- <sup>26</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O extremo oeste*. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 109.
- <sup>27</sup> BAUZÁ, Francisco. Op. cit., p. 207, tomo II.
- <sup>28</sup> Idem, p. 209, tomo II.
- <sup>29</sup> Sobre esta questão, Cf. JANOTTI, Aldo. *Historiografia brasileira e a teoria da fronteira nacional*. *Revista de História*, São Paulo, ano XXVI, v. LI, n. 101, p. 239-263, jan./fev. 1975; JANOTTI, Aldo. Uma questão mal posta: a teoria das fronteiras naturais como determinante da invasão do Uruguai por D. João VI. *Revista de História*, São Paulo, v. LII, n. 103, p. 315-341, jul./set. 1975; ALMEIDA, Luís Ferrand de. *A Colônia do Sacramento na época da sucessão de Espanha*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1973. p. 313-320; HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Tentativas de mitologia*. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- <sup>30</sup> Cf. POSSAMAI, Paulo. *A vida quotidiana na colônia do Sacramento*. Lisboa: Livros do Brasil, 2006. p. 267-268.
- <sup>31</sup> Cf. CARVALHO JÚNIOR, Ilton Jardim de. *Dos mitos acerca do determinismo climático/ambiental na história do pensamento geográfico e dos equívocos de sua crítica*. 2011. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- <sup>32</sup> BAUZÁ, Francisco. Op. cit., p. 306, tomo II.
- <sup>33</sup> Idem, p. 219, tomo II.
- <sup>34</sup> Idem, p. 300, tomo II.
- <sup>35</sup> Idem, p. 301, tomo IV.
- <sup>36</sup> Idem, p. 297, tomo II.
- <sup>37</sup> Idem, p. 306, tomo II.
- <sup>38</sup> SANSÓN CORBO, Tomás. Op. cit., p. 182.
- <sup>39</sup> BAUZÁ, Francisco. Op. cit., p. 43, tomo III.
- <sup>40</sup> Idem, p. 307-308, tomo II.
- <sup>41</sup> Idem, p. 240, tomo III.